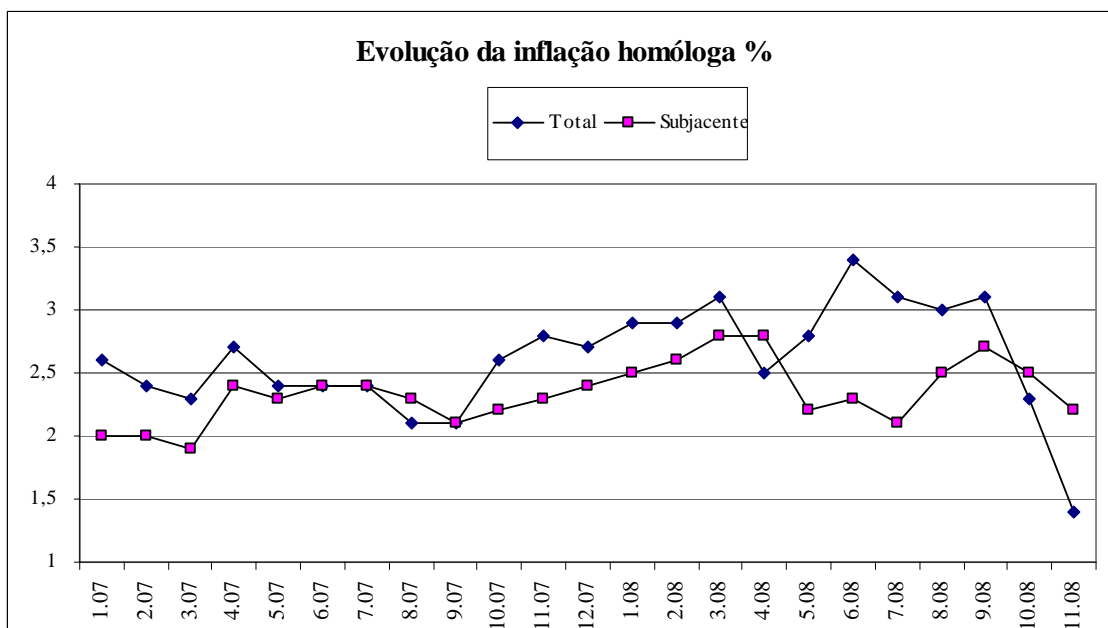


POSIÇÃO PATRONAL SOBRE OS AUMENTOS SALARIAIS ALIMENTA DIFICULDADES ECONÓMICAS DO PAÍS

A comunicação social deste fim-de-semana deu ampla divulgação à posição patronal segundo a qual os aumentos salariais não devem ultrapassar 1% em 2009. A argumentação patronal baseia-se na pretendida forte quebra da inflação e na degradação da conjuntura económica.

Em relação à quebra de inflação, o patronato pretende sustentar a posição de acordo com os dados do INE relativos ao passado mês de Novembro, segundo os quais a inflação homóloga estava em 1,4%. Tem sido dado relevo a esta medida de inflação em prejuízo da inflação média anual (2,7%) que é a referência utilizado para efeitos de determinação do poder de compra e de referencial para a negociação dos salários. Na verdade, a inflação homóloga assenta na variação de apenas dois índices de preços no consumidor – no caso presente, o índice de Novembro de 2008 face ao índice de Novembro de 2007. Já a inflação média anual mede a variação da inflação nos últimos 12 meses comparados com os 12 meses anteriores (24 meses no total). Constitui pois uma medida mais estável enquanto a inflação homóloga tem variações mais pronunciadas. É por isso que a inflação média é a mais adequada para efeitos da determinação dos salários.

Por outro lado nada indica que a inflação venha a ter uma quebra acentuada no decorrer de 2009. O recente menor crescimento anual dos preços no consumidor (2,7% nos últimos 12 meses) e a quebra verificada em Novembro (0,6%) não resultam duma tendência genérica para a baixa mas reflectem antes a forte e rápida redução dos preços de bens energéticos e dos bens alimentares não transformados. A evolução do Índice de Preços no Consumidor sem estes preços (inflação subjacente) mostra uma evolução muito mais regular: a inflação subjacente nos dois últimos anos está em regra sempre acima dos 2%. Segundo o INE “o comportamento da inflação está actualmente ligado a um conjunto muito específico de produtos (sobretudo os combustíveis), não sendo portanto evidente que se trate de um fenómeno generalizado de abrandamento dos preços” (INE, Síntese Económica de Conjuntura – Novembro de 2008).



Fonte: INE

Crescimento em volume do PIB; variação homóloga (%)

Fonte: INE; T = trimestre

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

O patronato poderá estar a fazer-se eco de receios de deflação (redução generalizada dos preços) que seriam profundamente prejudiciais para a actividade económica e que poderia conduzir a um aumento rápido do desemprego. Esse risco não existe presentemente, pelo que se acaba de referir, mas o patronato, na sua obsessão de limitar os aumentos dos salários, está no mínimo a contribuir para uma aprofundamento das dificuldades económicas criando expectativas ainda mais baixas das que existem actualmente.

Não são apenas estas posições irreflectidas que prejudicam a situação económica, mas também a própria compressão dos aumentos de salários. Se as empresas travarem os aumentos salariais devido à crise económica o resultado será o agravamento da crise. A produção ou é vendida no mercado interno ou é exportada. Ora o país não pode contar, em 2009, com a procura externa – os nossos principais mercados de exportação (a Espanha, a Alemanha e a França) estão em recessão – pelo que tem de contar com a procura interna.

Os últimos dados das Contas Nacionais, referentes ao terceiro trimestre de 2008, mostram que o crescimento depende sobretudo da procura interna e nesta com o consumo privado, já que o investimento está em declínio, estando previsto que o mesmo ocorra em 2009.

	3ºT 07	4ºT 07	1ºT 08	2ºT 08	3ºT 08
Procura Interna	2.0	3.0	2.1	1.3	1.1
Consumo privado	1,4	1,8	2,1	1,0	2,3
Investimento	5,1	8,9	3,7	3,2	-1,4
Exportação	6.3	5.4	3.9	1.8	0.7
Importação	6.1	7.5	6.3	3.0	1.8
PIB	1.8	1.9	0.9	0.7	0.6

O consumo privado é determinado pelo rendimento disponível, isto é pelo rendimento que fica depois do pagamento de impostos e de contribuições. Este rendimento é determinado não só pelos salários mas também por transferências internas (como as prestações da segurança social) e externas (como as remessas de emigrantes). Porém, as remunerações do trabalho constituem um factor essencial, já que representam mais de 70% do rendimento disponível.

Em suma, se a procura interna (consumo e investimento) for travada, a crise aprofundar-se-á, atendendo a que, por um lado, o investimento está em contracção e, por outro, os salários terem um papel fundamental na dinamização do consumo.

Para a CGTP-IN o aumento dos salários é indispensável devendo ter-se como referências principais o aumento do custo de vida, a produtividade, a fixação do salário mínimo nacional em 450 euros (5,6%), sendo necessário prosseguir a aproximação do salário mínimo ao salário médio, e a actualização salarial na Administração Pública, impondo-se que o Governo evolua Ana sua proposta (2,9%).

DIF/CGTP-IN
Lisboa, 22.11.2008